

A REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE NA COBERTURA JORNALÍSTICA DA OPERAÇÃO LAVA JATO PELO JORNAL NACIONAL: UMA ANÁLISE DOS SISTEMAS E ESTRUTURAS DE LUHMANN E BORDIEU

NATÁLIA RONCADOR¹

Resumo

Quando um fato ou um acontecimento ocorre, a tendência da sociedade é procurar, através do noticiário, um retrato dessa realidade. Porém, como podem os noticiários representar um recorte da verdade real quando esta não pode ser reproduzida? Com o intuito de captar o interesse do público e da importância da tematização das reportagens, o Jornal Nacional tem agendado cotidianamente a Operação Lava Jato. Independente da originalidade das descobertas, a notícia é explorada de inusitadas formas, com a capacidade de manipular uma realidade. Sendo assim, este tem contribuído com os códigos de verdade/informação, influenciando a elaboração do real. O que se pode concluir é que por meio desse sistema de códigos e estruturas, a realidade jamais poderá ser diagnosticada como real. Assim, em um universo composto por símbolos e signos, os meios de comunicação se apropriam dos códigos verdade/não verdade e informação/não informação como forma de manipulação. Este artigo se reserva a analisar e a entender a contribuição do Jornal Nacional para a manipulação da realidade da crise política no país. O estudo tem como base de avaliação a Teoria dos Sistemas de Luhmann e o Poder Simbólico de Bourdieu. A análise do agendamento será de uma semana de exibição do telejornal, selecionada aleatoriamente, tendo a hodiernidade como único critério.

Palavras-chave: Realidade; Verdade; Telejornalismo; Jornal Nacional; Operação Lava Jato.

1. Introdução

O Jornalismo tem o compromisso social de propagar informações à população que procura este meio como fonte de verdade, esperando obter alguma resposta às questões pertinentes do cotidiano social-político-econômico. Quando um fato ou um acontecimento ocorre, a tendência da sociedade é procurar, na expectativa de entender, através do noticiário, um retrato dessa realidade. Porém, como podem os noticiários representar um recorte da realidade real quando esta não pode ser reproduzida? Toda tentativa de reprodução da realidade é uma simulação e, dentro desta lógica, o jornalismo seria a reprodução desta, tomando, por fim, a configuração de um simulacro (BAUDRILLARD, 1981).

Seguindo a lógica de construção de uma imagem da realidade pelos meios de comunicação, o Sociólogo alemão Niklas Luhmann afirma que, a interação entre emissor e receptor torna-se impossível devido a uma série de aparatos técnicos que são implicados no processo dessa comunicação. Com isso, surgem excedentes que só podem ser controlados dentro de sistemas fechados ou abertos,

¹ Mestranda em Comunicação da Universidade Católica de Brasília - orientador: Alexandre Kieling. E-mail: nataliaroncador@gmail.com

dando origem a Teoria dos Sistemas. O pensamento de Luhmann sugere uma análise sobre a realidade dos meios de comunicação, que se dá pela observação externa (heterorreferência - sistema aberto) ou observação interna, de si mesmo (autorreferência - sistema fechado). O autor segue o pensamento de que os meios de comunicação produzem uma ilusão transcendental. Dessa forma, os meios não podem tomar a si mesmo como verdade, já que variam de observações a instrumentos tecnológicos. Assim, eles acabam por construir uma realidade em que se baseia nos códigos de verdade/não verdade e informação/não informação, que serão descritos e aplicados ao decorrer do texto.

No discurso clássico da verdade, mas também no entendimento cotidiano de verdade, as pessoas iriam se interessar em saber se aquilo que os meios de comunicação informam é ou não verdadeiro. Ou se é meio verdade, meio não-verdade, pois manipula-se. Para a massa das comunicações que diariamente são transmitidas isso é naturalmente impossível. (LUHMANN,2005,p.20)

De forma prática, o que Luhmann defende através dessa teoria é que, devido a uma série de códigos e valores (construídos pela moral, inclusive), os meios de comunicação emitem símbolos - de forma visual e textual, os tais códigos verdade/informação - que manipulam e constroem essa realidade. O Sociólogo francês, Pierre Bourdieu, consente com a simbologia da mídia ao formular sobre a força do Poder simbólico na construção do real, e as formas de estruturas em que se organiza o processo. Para ele, o simbólico é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos, ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU,1989,p.7). Tal afirmativa se enquadra na produção de informação da mídia, tendo em vista que o público não tem conhecimento dos processos de elaboração de reportagens, sendo omissos ao pensamento comunicacional e, por fim, consumindo o discurso como única forma de verdade. De acordo com Luhmann, quanto mais se sabe sobre os meios de comunicação, mais se desconfia da fonte, por sempre suspeitar de uma manipulação da realidade.

Bourdieu afirma que os símbolos, enquanto instrumentos de conhecimento, tornam viáveis o assentimento sobre o sentido do mundo social, o que contribui para a reprodução da ordem social. Porém, no sentido comunicacional, esses constroem, sempre, relações de poder consequentes do acúmulo de poder simbólico pelos agentes ou instituições, estabelecendo relações entre dominantes e dominados.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e, assim, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU,1989,p.11)

Na tentativa de sintetizar os sistemas simbólicos e a forma que esses afetam a realidade, o sociólogo francês os define em estruturas, que podem ser estruturantes ou estruturadas. Estas organizam a significação do mundo, ou seja, as formas de classificação simbólica deixam de ser universais para serem sociais, relativas a um grupo particular e socialmente determinadas. Quando estruturantes, privilegia-se a exteriorização da interioridade. Quando estruturadas, interioriza-se o exterior.

Assim, apesar dos códigos e simbologias da manipulação da realidade, o Jornalismo tem o compromisso social de propagar informações à população que procura este meio comunicacional como fonte de verdade, esperando obter alguma resposta às questões pertinentes ao cotidiano social-político-econômico. De acordo com Luhmann, no quesito de recursividade pública, o fato dos jornais já serem conhecidos pela população, somado a necessidade do público de se informar, é exigida

a obrigatoriedade da constância dos meios massivos. Já em uma representação heterorreferente, a temática abordada pelos meios é essencial à conservação do Jornalismo, no sentido de que é preciso saber o que o público se interessa para poder noticiar. A importância da escolha do tema também se desdobra em uma perspectiva autorreferente do Jornalismo, em que o veículo precisa pensar como comunicação para poder fazer comunicação. Além disso, a inquisição de temas organiza a memória da comunicação, que se dá por capítulos (SODRÉ, 2009) nos noticiários.

Nesse sentido de captação do interesse do público e da importância da tematização das reportagens, desde março de 2014 os noticiários brasileiros – em especial para esta análise os televisivos – têm agendado quase que cotidianamente a Operação Lava Jato, a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro na história do País. Apesar de a operação ter tido início em 2009, com a investigação de crimes de corrupção pelo deputado federal José Janene, de Londrina, Paraná, foi somente cinco anos depois que o tema recebeu agendamento diário, no momento em que quatro organizações criminosas comandadas por doleiros foram processadas pela Justiça Federal em Curitiba - Serve como curiosidade saber que o nome ‘Lava Jato’ foi instituído somente para a fase de exame da Petrobrás. Embora a perícia já ter investigado outros tipos de organizações criminosas que não esta, o nome inicial se notabilizou.

A fase mais ostensiva da operação foi realizada em um momento conturbado da história do Brasil, visto que se realizou em um ano de eleições, 2014, por todo o território nacional - fato que intensificou o interesse da população pela investigação tendo em vista que, parte dos políticos concorrentes estava envolvidos na trama e em outros crimes que afetariam os resultados eleitorais. Assim, dentro da lógica dos sistemas, além de interesses políticos e econômicos, os veículos de comunicação enquadraram o tema desde tal data, sendo responsáveis por manipular uma realidade real e a verdade dos fatos na construção do discurso e de reportagens.

O Jornal Nacional – exibido das 20:30 às 21 horas pela Rede Globo, maior emissora de comunicação brasileira – recebe como média anual 32 pontos de share². Isso significa que, entre o público de televisão no País, a maior parte tem esse telejornal como principal fonte de informação (tendo em vista também que 97%³ da população no Brasil têm a televisão como principal meio de referência). Nos últimos três anos, reportagens sobre a operação são exibidas diariamente, sendo um dos principais temas agendados pelo editorial. Independente da originalidade das descobertas ou de novos acontecimentos relevantes, a temática é debatida e a notícia é explorada de inusitadas formas textuais ou visuais, tendo a capacidade de manipular a realidade. Sendo assim, devido – principalmente - a popularidade do telejornal, este tem contribuído com os códigos de verdade/informação, tendo a capacidade – como meio de comunicação – de elaboração de uma perspectiva do real.

Desta forma, este artigo se reserva a analisar e a entender a contribuição do Jornal Nacional para a criação de uma da realidade sobre a crise política no país. O estudo tem como base de avaliação a Teoria dos Sistemas de Luhmann e o Poder Simbólico de Bourdieu, na expectativa teorizar a realidade formada pelos meios de comunicação. Apesar de já ter três anos de investigação, o foco principal será a cobertura realizada em 2017, devido aos novos desdobramentos do caso e da atualidade do tema. A análise do agendamento será de uma semana de exibição do Jornal Nacional (do dia 31 de maio a 7 de junho). A semana selecionada foi escolhida aleatoriamente, tendo a hodiernidade como único critério.

Vale ressaltar que este artigo se reserva a fazer uma análise textual, exclusivamente, das reportagens telejornalísticas. Devido à significação das imagens, som e edição no audiovisual, todos os

2 Parcela de participação de determinada emissora, programa, site, marca ou produto diante do total medido. Acessível em <http://www.mediabook.ibope.com/glossario>. Visualizado em 11/06/17

3 Levantamento feito pelo PNAD 2015. Acessível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf>. Visualizado em 11/06/2017

elementos interferem na produção de um sentido. Sendo assim, a análise destes recursos renderia outro ensaio preocupado, somente, com a simbologia dos artifícios e seus impactos para com o público.

2. A Realidade do Telejornalismo

Em um sistema de autorreferência, um observador dentro de um sistema interno – os veículos de comunicação – pensa segundo a lógica mercadológica de reprodução de notícias. No caso em que, se tal fato não for noticiado, outro veículo o noticiará, dispersando o público do seu noticiário. Esse sistema de análise possibilita a autopoiese do Jornalismo, no sentido de que este sempre será igual ao anterior, se auto reproduzindo. Porém, o que nos move nesta análise é o fato de que, em meio a uma investigação criminal e processamento jurídico, há uma demanda de tempo de apuração das infrações e julgamento os condenados. Assim, mesmo com a plenitude do tema, não há a possibilidade de se obter informações inteiramente novas que justifiquem a elaboração de diferentes e atualizadas reportagens, todos os dias.

Em vista ao código de informação/não informação, sem informação não há comunicação, pois é preciso justificar o ato de comunicar. Reproduzir uma notícia ou um acontecimento já de conhecimento da população não seria, assim, fazer comunicação para com o público. De acordo com Luhmann, informações não podem ser repetidas, pois, caso sejam, passam a ter valor de não-informação. “Uma notícia, quando usada pela segunda vez, mantém certamente seu sentido, mas perde seu valor informativo” (LUHMANN,2005,p.42).

Podemos considerar o Jornalismo como um campo, segundo a Teoria dos Campos de Bourdieu, por estar ligado a um espaço social e coletivo, além de possuir “valores (capitais, cabedais), objetos (artístico, educacional, político etc.) e interesses específicos” (BOURDIEU,1989,p.32). Para que tal objeto seja enquadrado no conceito, é preciso que esse esteja integrado a um conjunto de relações que compõe o indispensável das suas propriedades. Por se tratar de um campo, a competência de interpretação dos fatos e de discursos das reportagens pelo público torna-se deficiente, além de não poder ser julgado o nível de influência que este sofre.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos não produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU,1989,p.69)

A partir dessa noção de campo, o agendamento feito pelo Jornal Nacional sobre a operação Lava Jato contradiz o que argumenta Luhmann, de que as informações devem ser novas para quebrar expectativas. Como prova da hipótese, analisemos as reportagens de um momento da história do Brasil em que se discutia a cassação da chapa Dilma-Temer (concorrente às eleições de 2014). Na mesma edição, o jornal exibiu, primeiramente, a reportagem com a seguinte manchete: “Fatos novos trazidos pela Odebrecht extrapolam objeto da ação, diz Gilmar” (JORNAL NACIONAL, 2017), a respeito da inclusão ou não das delações premiadas no processo de cassação. Ainda na mesma edição, o jornal exhibe outra reportagem com a manchete: “Inclusão da delação da Odebrecht continua no foco das discussões” (JORNAL NACIONAL, 2017), comentando que ainda não havia sido decidido se considerava a incriminação. Ao fim da edição, a reportagem “Relator repete que pedidos iniciais incluem a delação da Odebrecht” (JORNAL NACIONAL, 2017), afirma que o relator Herman Benjamin defende a inclusão das delações. Nos três casos, a única informação relevante seria a participação das incriminações no processo, mas, em uma tentativa de manter a temática, noticiam-se os mesmos

acontecimentos diversas vezes, sem variante de novidade.

Ainda à análise do código informação/não informação, pode-se perceber a repetição da notícia quando o presidente da república Michel Temer é convocado a responder perguntas sobre delações da JBS, em que este era citado. Na edição do dia 5 de junho, o telejornal exibe a reportagem “PF envia 84 perguntas a Michel Temer sobre delações da JBS” (JORNAL NACIONAL, 2017) e, na data seguinte, apresenta a notícia “Temer ganha mais tempo para responder às perguntas da PF” (JORNAL NACIONAL, 2017). Em uma perspectiva de importância dos fatos à sociedade, principalmente em um momento político delicado ao Brasil, seria irrelevante, do ponto de vista jornalístico, tal informação repassada no dia 6 de junho. Esta, em nada contribui ao entendimento do caso e andamento das investigações – tendo em vista a contribuição do jornalismo investigativo. Essa repetição das notícias sustenta a ideia de Luhmann em que, com a reiteração de reportagens e a redundância das informações, os meios de comunicação têm o poder de transformar um ocorrido em conhecimento comum. Ainda, retomando a Teoria dos Campos, Bourdieu (1989, p.29) afirma que “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz”, afirmativa que acrescenta o pensamento de formação do conhecimento comum de Luhmann.

Em uma reflexão do pensamento do sociólogo Francês, a realidade é formada pela construção de objetos, que são ligados a poderes simbólicos e a construções de dominação. Com a repetição de informações feito de forma incessante pelo telejornal, a exibição dos símbolos de poder acaba por criar objetos pré-definidos dentro da própria temática. Ao público, fica o desafio de não cair na insídia destes objetos, que acabam por afastar a verdade objetiva e a verdade subjetiva. O Jornalismo seria uma instituição capaz de aceitar a intercessão da distância entre ambas as verdades, tendo em vista que, é esta dupla verdade – objetiva e subjetiva – que compõe a verdade íntegra do mundo social (BORDIEU, 1989, p.65). Quando o público – pertencente a diferentes campos – entra em contato com reportagens do Jornalismo (um campo específico), ele passa a compor, de acordo com Pierre-Bourdieu, o espaço de interação. Esses agentes que integram este espaço, na tentativa de impor um veredito imparcial, ou seja, uma verdade objetiva, acabam por criar um espaço pré- construído, já que a composição social do grupo está antecipadamente determinada.

De acordo com o código verdade/não verdade de Luhmann, embora o público acredite que os fatos informados pelos veículos de comunicação sejam uma realidade plena, estes não seguem o código verdade/não verdade, nem o código informação/não informação, de forma a manipular a opinião pública e a produzir tendências. Assim, o autor Alemão questiona a integridade dos meios de comunicação ao afirmar que “parece que os meios de comunicação cuidam e, ao mesmo tempo, enterram sua credibilidade, eles destroem a si mesmos”. (LUHMANN, 2005, p.75)

A instabilidade da verdade objetiva e subjetiva, quando se trata dos objetos pré-definidos, pode atingir o habitus do observador. O habitus, que está ligado ao subjetivo, é um sistema de disposições que constitui a forma de perceber, sentir e pensar do agente – o que o leva a agir de determinada forma em diferentes circunstâncias. Porém, essas disposições são flexíveis, o que pode interferir nas estruturas estruturadas e estruturantes do observador. A partir do momento em que novas formas de verdades são dispostas, o modo de interiorização do exterior (estruturas estruturadas) é modificado, tendo em vista que os códigos pré-determinados já não são mais os mesmos. Como consequência, no momento em que nosso interior é modificado pelo externo, a forma que iremos exteriorizar esse interior (estruturas estruturantes) também pode ser afetada.

Além disso, dentro do código não verdade, o telejornal em questão trabalha com o moralismo como valor de venda da reportagem. O problema da política brasileira foi transformado em uma discussão de valores entre mocinhos e vilões, já que a operação Lava Jato representa uma transgressão às

normas realizada por políticos e doleiros. De acordo com Luhmann, esse rompimento com as regras, com caráter de escândalo, é o que faz com que o público se mobilize com a notícia, por gerar uma sensação de indignação social.

Transgressões às normas são particularmente selecionadas para o noticiário se nelas puderem ser misturados julgamentos morais, quer dizer, se elas puderem dar motivo para que pessoas sejam valorizadas ou desrespeitadas. Nesse sentido, os meios de comunicação tem importante função na manutenção e na reprodução moral. (LUHMANN, 2005, p.60)

Ao falar do moralismo impregnado nas reportagens televisivas, pode-se remeter a ideia do filósofo Jesús Martín-Barbero, de que o melodrama é utilizado com frequência pela televisão na América-Latina por haver uma identificação com a história da região. O público Latino Americano se reconhece nas narrativas moralistas inspiradas no gênero, segundo o autor, e por isso a linguagem Jornalística foi adaptada com a tentativa de fidelizar essa audiência.

No melodrama está tudo misturado, as estruturas sociais com as do sentimento, muito do que somos - machistas, fatalistas, supersticiosos do que sonhamos ser, o roubo da identidade, a nostalgia e a raiva. Em forma de tango ou telenovela, de cinema mexicano ou reportagem policial, o melodrama explora nestas terras um profundo filão de nosso imaginário coletivo, e não existe acesso à memória histórica nem projeção possível sobre o futuro que não passe pelo imaginário (MARTIN-BARBERO, 1997, p.304)

A exemplo, no dia primeiro de junho, o Jornal Nacional exibiu uma reportagem “Senado aprova medidas para maior proteção a políticos investigados” (JORNAL NACIONAL, 2017). O texto apresentado indica o julgamento editorial para com a situação da corrupção no país. Apesar de ser um tema polêmico à população brasileira, a reportagem não poderia ser de juízo, mas sim de exibição dos fatos.

Em um mês, tudo mudou. E aí pareceu retaliação. O Supremo começou a votar o foro privilegiado, mas só mexendo com os parlamentares. O projeto do Senado tira o privilégio geral. E num acordão de última hora, no plenário, ficou muito claro como o foro é mesmo importante: é bom para deputados e senadores. Só na Operação Lava Jato são investigados 64 deputados e 28 senadores. [...] Na quarta-feira (31), os senadores mudaram de ideia: parlamentares só poderão ser presos se forem condenados definitivamente, quando não houver mais recursos. Traduzindo: vai ser difícil um parlamentar ser preso. E mais: senadores e deputados só poderão ser presos em flagrante, mas a Câmara e o Senado poderão relaxar a prisão e libertá-los em até 24 horas. (JORNAL NACIONAL, 2017)

No trecho da reportagem citada é possível perceber, pelo texto do jornalista, a posição de julgamento perante o acontecimento, ilustrando o pensamento de Luhmann, ao afirmar que os veículos de comunicação divulgam as opiniões editoriais como forma de notícias, reportando suas posições como informações (LUHMANN, 2005, p.67).

Podemos citar outra forma de exploração da moral pela mídia em uma reportagem exibida no dia 2 de junho, sobre a prisão do ex-presidente da Valec, Juquinha das Neves. A abordagem jornalística escolhida é uma forma comum de condenação do réu sem deixar claro o posicionamento editorial. A única informação nova no acontecimento é a detenção do julgado. Porém, para reforçar o posicionamento contra o empresário, o texto salienta outros crimes já cometidos por este, além de ressaltar a prisão de outros indivíduos ligados a Juquinha.

O ex-presidente da Valec, Juquinha das Neves, foi preso hoje sob suspeita de lavagem de dinheiro. Juquinha das Neves recorria em liberdade da condenação por formação de quadrilha no desvio de dinheiro de obras da ferrovia Norte-Sul. O filho dele, Jader Ferreira das Neves, e o advogado da família, Leandro de Melo, estão presos desde a semana passada. (JORNAL NACIONAL, 2017)

A escolha editorial desse tipo de texto reforça a visão de Luhmann, de que a moral é um suplemento à seletividade das reportagens. De acordo com o autor, “em vez de se orientar às coisas óbvias, a comunicação escolhe a forma da moral como algo que é ao mesmo tempo fato e não fato” (LUMANN, 2005, p.133), remetendo, ainda, ao código de informação/não informação do mesmo.

CONCLUSÃO

De acordo com Luhmann, as diferentes classes e frações de classe estão envolvidas em uma disputa precisamente simbólica, com o objetivo de definir o mundo social de acordo com seus interesses - dentro da lógica do Jornalismo de Mercado (SODRÉ, 2009). Quando um telejornal (veículos de comunicação, em geral) seleciona imagens e palavras específicas para elaboração de uma reportagem, ele está em uma disputa simbólica de força, de dominação para com o dominado – no caso, o público. A força dos sistemas simbólicos se manifesta pela relação com os sentidos, ou seja, a percepção do mundo gerada por estes símbolos.

É dessa forma que os meios de comunicação contribuem para a construção da realidade. O uso de signos, como afirma Luhmann (em concordância com Bourdieu), é o que manipula a realidade real, ainda que a percepção da própria realidade possa sofrer oscilações pela sociedade. O que se pode concluir é que por meio desse sistema de códigos e estruturas, a realidade jamais poderá ser diagnosticada como real ou, ainda, a veracidade desse mundo dificilmente se tornará um conhecimento geral, pensando como habitus e campos em meio a seres sociais. Assim, em um universo composto por símbolos e signos, os meios de comunicação se apropriam dos códigos verdade/não verdade e informação/não informação como forma de manipulação, especialmente em um mundo que não pode ser reproduzido como ele é.

Dessa forma, a sociedade se reconstrói e se reatualiza a cada simbologia imposta pelos meios de comunicação. Ao saber que é com a memória do público e com os julgamentos morais que a audiência é fidelizada, os veículos de comunicação tem o poder de modificar, adentrar na estrutura social, e construir uma nova realidade de acordo com seus interesses. Afinal, é pelo poder simbólico que as forças de dominação são construídas. Poder capaz de reorganizar o mundo e mudar as percepções de verdade e de sentido de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulações**. Lisboa. Relógio d'água, 1981, 201 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.a, 1989. 314 p. Tradução de Fernando Tomaz.

JORNAL NACIONAL (Ed.). **'Fatos novos trazidos pela Odebrecht extrapolam objeto da ação', diz Gilmar**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/fatos-novos-trazidos-pela-odebrecht-extrapolam-objeto-da-acao-diz-gilmar.html>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

JORNAL NACIONAL (Ed.). **Ex presidente da Valec é preso**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacio->

nal/edicoes/2017/06/02.html>. Acesso em: 11 jun. 2017.

JORNAL NACIONAL (Ed.). **Inclusão da delação da Odebrecht permanece no foco das discussões**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/inclusao-da-delacao-da-odebrecht-permanece-no-foco-das-discussoes.html>>. Acesso em: 11 jun. 2017

JORNAL NACIONAL. **PF envia 84 perguntas a Michel Temer sobre delações da JBS**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/pf-encaminha-84-perguntas-michel-temer-sobre-delacoes-da-jbs.html>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

JORNAL NACIONAL. (Ed.). **Relator repete que pedidos iniciais incluem a delação da Odebrecht**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/relator-repete-que-pedidos-iniciais-incluem-odebrecht.html>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

JORNAL NACIONAL. **Senado aprova medidas para maior proteção a políticos investigados**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/senado-aprova-medidas-para-maior-protacao-politicos-investigados.html>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

JORNAL NACIONAL (Ed.). **Temer ganha mais tempo para responder às perguntas da PF**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/temer-ganha-mais-tempo-para-responder-perguntas-da-pf.html>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

LAVA JATO. Ministério Público Federal (Ed.). **Entenda o caso**. 2017. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

LAVA JATO. Ministério Público Federal (Ed.). **Por onde começou**. 2017. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2005. 200 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ufrj, 1997. 356 p.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópoles, RJ. Vozes, 2009, 287 p